



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

Quero inicialmente agradecer à Presidente Mireya Moscoso a hospitalidade fraterna com que nos recebe na X Reunião de Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo. O espírito de entendimento que cerca este encontro faz jus à melhor tradição do Panamá como espaço de união das Américas.

Desejo também render minha mais sincera homenagem ao povo panamenho por ter reafirmado sua soberania sobre o Canal do Panamá, obra de quase um século que constitui uma das principais rotas do comércio internacional.

Mais uma vez, estamos reunidos para cumprir os objetivos básicos da Comunidade Ibero-Americana, que se consolida como foro de concertação política e de solidariedade.

Concertação política e solidariedade que hoje nos convocam para tratar da questão da criança e do adolescente, um dos problemas cruciais de nosso tempo. As crianças e os adolescentes são as maiores vítimas do padrão de desenvolvimento excludente e perverso que durante muito tempo caracterizou nossas sociedades. São vítimas porque muitas vezes pertencem a famílias pobres, sem renda suficiente

para satisfazer suas necessidades básicas. São vítimas porque muitas não chegam a completar o primeiro ano de vida. Ou porque muitas vivem em locais sem saneamento básico e muitas sofrem de desnutrição crônica. E são vítimas quando entram precocemente no mercado de trabalho, formal ou informal, e fazem aumentar a evasão escolar.

Superar essas adversidades e dar condições de vida digna aos estratos mais jovens são desafios a merecer nossa mais elevada prioridade neste limiar do século XXI.

Na verdade, os problemas que enfrentam a criança e o adolescente inserem-se em um drama mais geral – o drama da violência. Violência que assume as mais diferentes formas, algumas das quais inscritas em nossa histórica dívida social.

Falo da miséria, da exclusão, da fome, do desemprego, da discriminação racial, problemas que degradam o indivíduo, violentam a condição humana.

Não se concebe que a Ibero-América ingresse no terceiro milênio com milhões de famílias vivendo abaixo do nível absoluto de pobreza. Resgatar a dignidade e a esperança desta massa de indigentes deve ser um compromisso de todos nós. Mas existe algo de novo na experiência ibero-americana, e algo muito importante, que explica o fato de estarmos reunidos em torno da questão da criança e do adolescente, da violência que lhes é cometida.

E o que seria isso? O que me parece existir de novo na América Ibérica é exatamente a consciência de que o drama social é nosso inimigo maior e de que essa luta deve ser perseguida pelo método democrático.

Não faz muito tempo acreditou-se em revoluções, na utopia de que uma vanguarda de iluminados inauguraria um novo tempo, que proviria tudo a todos. A História nos fez preferir a utopia da democracia, que não traz a promessa de redenção imediata, mas que se rege pela vontade da maioria, por valores como o pluralismo, o respeito à diferença, a tolerância. Daí a legitimidade da opção democrática. Opção que serve de esteio ao Mercosul e que agora inspira o esforço de transformação da América do Sul em um espaço econômico integrado.

Experiência não nos falta no aperfeiçoamento da própria democracia, como demonstram as recentes eleições municipais no Brasil, transparentes e expeditas, com mais de 92 milhões de votos apurados em um par de horas.

Foi o livre debate de idéias – o que não é possível senão em regimes democráticos – que nos fez ver a falência dos modelos de desenvolvimento alimentados pela indisciplina fiscal, pela incontinência orçamentária.

Procedemos à modernização da gestão pública, e isso implicou o afastamento do Estado da atividade produtiva, a racionalização dos gastos, o controle das contas públicas.

Estes e outros passos criaram condições para o que é mais importante: a reconstrução do Estado, que deixou de ser uma máquina perdulária, a serviço dos mais afluentes, para se tornar cada vez mais uma instância virtuosa, voltada para os menos favorecidos. Não se trata de uma tendência latino-americana, ou mesmo ibero-americana, mas universal.

Aquilo que a América Ibérica tem de particular é a dimensão do desafio que se coloca para o “Estado virtuoso”. Não estamos aprimorando um Estado do Bem-Estar Social já existente, mas substituindo o que chamei uma vez de Estado do mal-estar social por políticas públicas consistentes.

O desafio é imenso, mas os resultados já obtidos são alentadores. Falo da situação brasileira, mas sei que os indicadores também melhoram em outros países.

No Brasil estamos caminhando para erradicar a fome e a desnutrição infantil. A merenda escolar é distribuída diariamente a 38 milhões de crianças. A taxa de mortalidade entre crianças menores de um ano, embora ainda elevada, caiu quase 30% na década de 90. Nesse período, 230 mil vidas foram salvas.

Houve aumento significativo da vacinação de mulheres em idade fértil e aperfeiçoou-se o atendimento pré-natal e de pediatria na rede pública de saúde. A vacinação infantil, que já erradicou a poliomielite no País, alcança hoje praticamente todo o território nacional.

Também avançamos no objetivo inadiável de eliminar o trabalho infantil degradante e penoso. Já colocamos na escola 96% das crianças em idade escolar, o que significa que em pouco tempo eliminaremos o analfabetismo nessa faixa etária. Implantamos a bolsa-escola em todas as regiões do Brasil. Estamos distribuindo cerca de 100 milhões de livros didáticos.

Tudo isto somente tem sido possível pela cooperação das diversas Unidades da Federação, igualmente convencidas da necessidade de reorientar a ação do Estado.

O novo Estado que estamos a construir não nos habilitará apenas a corrigir focos tradicionais de violência. Também estão em pauta as novas formas de violência, aquelas associadas ao narcotráfico, ao crime organizado.

Não serei o primeiro a considerar as drogas e delitos conexos um verdadeiro flagelo. Se afetam a sociedade como um todo, atingem com particular intensidade as crianças e adolescentes. Mais uma razão para que o combate ao narcotráfico envolva o concurso de todos e seja perseguido nas mais diversas frentes, das escolas às creches, das agremiações esportivas às universidades.

A proteção das crianças e adolescentes depende, em grande medida, da nossa capacidade de combater o flagelo das drogas. Devemos erradicá-lo, pois afinal está em jogo a própria integridade das estruturas políticas, econômicas e sociais de nossos países, como assinalado pelos Presidentes da América do Sul em sua recente Reunião de Cúpula.

Reiteramos em Brasília o entendimento já consagrado no âmbito da OEA de que a cooperação internacional nesse campo deve se reger pelo princípio da responsabilidade partilhada entre países produtores, países de trânsito e países consumidores. E instituímos um mecanismo regular de consulta para fazer frente ao crime organizado em suas múltiplas facetas.

Nada nos motiva mais nessa luta do que a preocupação com os mais vulneráveis, que são as crianças e os adolescentes. É chegado o momento de a Comunidade Ibero-Americana reiterar seu repúdio não apenas ao crime organizado, mas a toda e qualquer forma de violência. É o que

nos leva a apoiar os esforços de pacificação na Colômbia e a confiar no êxito da luta que ali se trava contra o narcotráfico.

Registro minha satisfação com a acolhida dispensada à proposta brasileira de que os Governos aqui representados reafirmem seu compromisso com uma plataforma de ação que inclua maior disciplina do acesso e posse de armas e a cooperação com os órgãos de comunicação e a indústria de diversões, no sentido de evitar a disseminação de uma cultura da violência.

Esta semana, assinei decreto instituindo um imposto de 150 % sobre a exportação de armas de fogo e munições para países da América Latina e Caribe. A medida visa combater a evasão fiscal, evitar o retorno das armas ao Brasil como contrabando e, assim, diminuir a criminalidade nos grandes centros urbanos.

A imprensa e a indústria de diversões deverão de atender ao dever público de auxiliar os Governos e as sociedades na promoção de uma cultura da paz.

Outra não é a expectativa das Nações Unidas em seu apelo para que todos se unam na promoção de valores que ajudem a cimentar uma cultura internacional da paz. É fundamental que o mundo ibero-americano concorra para esse objetivo, inclusive mediante o cumprimento das metas que definiremos na Declaração do Panamá, como a garantia de educação primária gratuita a todas as crianças até 2015. Ou a ampliação do acesso às crianças das tecnologias de informação, o novo signo da modernidade.

É o que tratamos de alcançar no Brasil, com o treinamento de professores e com a instalação, até 2002, de computadores conectados à Internet em 75 mil escolas da rede pública.

Senhores Chefes de Estado e de Governo, Senhores Delegados, assim como as políticas públicas podem precipitar mudanças culturais, a ação política se vê afetada pela esfera dos valores. São estes que definem os padrões de legitimidade. Aquilo que é hoje é permitido, ou tolerado, amanhã pode não ser, e isso afetará o curso da ação governamental, a evolução dos comportamentos sociais.

Daí a importância de que os direitos das crianças e dos adolescentes sejam divulgados o mais amplamente possível, sobretudo seu direito

inalienável à segurança e ao bem-estar social. É o que nos propomos fazer nesta Cúpula Ibero-Americana.

Por mais que isto soe inócuo aos mais céticos, é assim que estaremos inibindo a indiferença aos mais jovens, ao seu futuro, que é também o nosso.

Nunca é demais lembrar que a sociedade de amanhã terá a face de quem hoje cresce sob nossa responsabilidade.

Que saibamos preparar o futuro!

Que saibamos deixar um legado!

Muito obrigado.

•